

O Património e o Setor da Construção

Teoria e Prática

Soraya Genin | ISCTE-IUL, ICOMOS-Portugal | soraya.genin@iscte.pt

A oferta formativa do setor da Construção contempla sobretudo a construção nova, quer ao nível da formação profissional, quer ao nível da licenciatura e mestrado integrado. As universidades continuam a graduar profissionais responsáveis por projetos e obras, sem formação adequada em Conservação do Património Arquitetónico, apesar de ser a maior fonte de emprego atual. Falta teoria mas todos praticam. Por isso assiste-se a tantas demolições e a construções em vez de “reabilitações” que anunciam, porque desconhecem o significado, intervenções irreversíveis e perda total da autenticidade. “Reabilitação” é a palavra da moda, em vez de “Conservação”, pois esta significa claramente “conservar”.



Ordem dos Arquitetos criou o colégio de Urbanismo e o colégio do Património Arquitetónico, que conferem a qualidade de “especialista” aos profissionais inscritos, mas não a exclusividade na elaboração de Projetos das especialidades. Na prática, qualquer arquiteto sem formação na área, como veremos, pode ser responsável por um projeto de Conservação. O mesmo acontece com os engenheiros civis.

Sempre houve resistência no reconhecimento das especialidades. Há profissionais que pensam poder fazer tudo. Os engenheiros civis fazem de arquitetos (novamente consentido por lei) e também fazem projetos de Conservação (sem formação também). Nos projetos de Conservação os arquitetos fazem de historiadores da arte e de conservadores restauradores (muito corrente) e até de engenheiros civis (raro mas acontece). A ideia comum de que se “dá um jeitinho” e que a prática substitui a teoria, resultando precariedade nos projetos e obras.

Penso que a relação entre a teoria e a prática é óbvia para todos. Desde o séc. I a.C., no primeiro tratado de Arquitetura, Vitruvius começa assim: “A arquitetura é uma ciência que deve ser apoiada por uma grande diversidade de estudos e de conhecimentos através dos quais ela julga todas as obras das outras artes que lhe pertencem. Esta ciência adquire-se pela Prática e pela Teoria. A Prática consiste numa contínua aplicação à execução de projetos como nos propomos, segundo os quais a forma conveniente é atribuída à matéria de que todos os tipos de obra são feitas. A Teoria explica e demonstra a conveniência das proporções que as coisas que se querem fabricar devem ter: isto faz com que os Arquitetos que se esforçam por obter a perfeição da sua arte através unicamente do exercício da mão, não obtivessem quase nenhum avanço, por muito grande que tenha sido o seu trabalho, de igual modo aqueles que acreditaram ser apenas através do conhecimento das letras o único caminho para obter o êxito, pois não obtiveram mais do que escuridão: mas aqueles que

juntaram a Prática à Teoria, foram os únicos a ter sucesso no seu empreendimento, porque estavam munidos de tudo o que era necessário para chegar a bom fim”.

Quando era estudante de arquitetura na ESBAL, em 1989 optava-se no último ano do curso por uma das três áreas em Projeto: Arquitetura, Urbanismo ou Conservação. As especialidades eram reconhecidas. O docente da área de Conservação era o Professor Sérgio Infante, quem mais tarde encontrei no Centro Raymond Lemaire, da Universidade Católica de Leuven, onde se especializaram diversos portugueses, pois ainda não havia Mestrados na área em Portugal. Guardo na memória as longas discussões sobre a “autenticidade”, os princípios da Conservação e as recomendações do Professor Lemaire, um dos criadores da Carta de Veneza, carta de referência desde 1964. Em Portugal, como foi difícil pôr a teoria em prática.



As empresas de construção não têm mão-de-obra especializada. Trocam argamassas de cal por argamassas de cimento, trocam tabiques de madeira por gesso cartonado, trocam o que for preciso, assim que confrontados por uma técnica tradicional, pois não o sabem fazer. Travam-se verdadeiras batalhas em obra para fazer cumprir o projeto.



Na prática, os donos de obra elaboram programas sem qualquer análise do edifício, para avaliação dos elementos a conservar e do uso que poderá conter. Não requerem estudos prévios, porque encarece o projeto ou simplesmente desconhecem a sua necessidade. Impõem programas não adequados aos edifícios, que implicam sérias demolições e obras desnecessárias. Não reconhecem o valor histórico, arquitetónico, social, nem sequer o valor económico do seu património. O barato que sai caro.

As empresas de construção não têm mão-de-obra especializada. Trocam argamassas de cal por argamassas de cimento, trocam tabiques de madeira por gesso cartonado, trocam o que for preciso, assim que confrontados por uma técnica tradicional, pois não o sabem fazer. Travam-se verdadeiras batalhas em obra para fazer cumprir o projeto.

Os engenheiros projetam estruturas de betão ou metálicas em vez de estruturas de madeira, apoiam vigas em paredes de tabique, como se fossem alvenarias, passam condutas de climatização à frente de elementos históricos a valorizar, interrompem elementos estruturais para passagem de canalizações, sem qualquer conhecimento das estruturas tradicionais e dos princípios de Conservação.

Os arquitetos elaboram e aprovam projetos de construção – a que chamam “reabilitação” – agradam aos seus clientes com a criação

de espaços amplos para lojas, escritórios, museus, “suites” de hotel, apartamentos com fachadas de vidro. Demolições atrás de demolições. Os projetos são normalmente de três tipos: “fachadismo”, “pastiche” ou construção nova marcando a contemporaneidade pelo contraste, até na morfologia e na tipologia. Não há critérios, não há valores, o que importa é deixar a “marca de arquiteto”. Tudo isto acontece por falta de educação patrimonial e formação adequada dos principais intervenientes responsáveis. Vejamos o que acontece com a Teoria, o ensino da Conservação. Fiz uma breve pesquisa sobre os planos de estudo dos Mestrados Integrados em Arquitetura e em Engenharia Civil nas universidades portuguesas, e os resultados são desastrosos (tabelas 1 e 2). Existe em média apenas uma unidade curricular (UC) de Conservação, ou seja aproximadamente doze aulas em cinco anos de estudo. Em alguns cursos a UC é optativa ou nem existe! Como poderão estes alunos ser responsáveis por projetos de Reabilitação?

Dos dezasseis cursos de Mestrado Integrado em Arquitetura existentes, há apenas dois que oferecem um número razoável de UC de Conservação, quatro ou três obrigatórias, com a possibilidade de mais optativas. Há três cursos que incluem duas UC de Conservação e seis cursos com apenas uma UC obrigatória. Estas são sobretudo da área científica de Tecnologias. Em que UC se ensinam os princípios teóricos da

Conservação, que os arquitetos tanto precisam para fundamentar os seus projetos? Por fim, em três cursos a UC de Conservação é apenas opcional e em dois cursos não existem sequer optativas, o que significa que o arquiteto poderá formar-se sem nunca ter ouvido falar em Conservação. Por isso tantas demolições.

Dos cursos de Mestrado Integrado em Engenharia Civil, apenas um inclui duas UC de Conservação no plano de estudos, para além de duas optativas. Seis cursos incluem apenas uma UC obrigatória, sobretudo no perfil de Construções. No perfil de Estruturas, a UC de Conservação é normalmente optativa, ou seja, também há engenheiros civis que nunca ouviram falar em Conservação. Estranho a lacuna maior estar precisamente no perfil de Estruturas. Não é o reforço estrutural das questões mais importantes a resolver pelos engenheiros civis num projeto de Conservação? Por isso tantos diagnósticos estruturais condenam à morte os edifícios antigos, recomendando o fachadismo, ou seja o revestimento de fachada, para substituição de estruturas em madeira e alvenarias por betão armado.

Conclui-se que os Mestrados Integrados em Arquitetura e Engenharia Civil em Portugal não oferecem formação adequada para a elaboração (nem apreciação) de projetos de Conservação. Mesmo que o tema seja abordado na UC de Projeto – como acontece com



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017

Intervenção de Soraya Genin
(ICOMOS-Portugal)

a História, o Desenho, Sistemas Construtivos, etc. – são necessárias UC específicas para aprendizagem de diversas matérias da Conservação do Património Arquitetónico, nomeadamente: teoria e história, normas internacionais e legislação, patologia da construção, métodos de levantamento e diagnóstico de anomalias, metodologia de projeto e técnicas de conservação. Estes conhecimentos teóricos básicos necessários à prática profissional, apenas estão a ser adquiridos ao nível de pós-graduações, estudos avançados ou de doutoramentos, que algumas universidades oferecem.

Apelo às universidades e sobretudo às ordens profissionais para a resolução urgente deste problema. Há duas vias possíveis que devem ser avaliadas: a) adequação dos planos de estudo dos Mestrados Integrados em Arquitetura e Engenharia Civil, implementando o número de UC dedicadas à Conservação, para que os mestres arquitetos e engenheiros civis estejam aptos à responsabilidade de projetos e obras de Conservação; b) ou esta possibilidade deve ser exclusiva dos “especialistas” em Conservação, com estudos avançados e cursos do 3.º ciclo, caso se mantenham os planos de estudo atuais. Decidam por uma destas vias, mas decidam rápido! É vital juntarmos a Prática à Teoria, evitando mais demolições e a perda contínua do nosso Património. ■

TABELA 1 | Número de Unidades Curriculares de Conservação e Reabilitação de Edifícios, obrigatórias e optativas nos cursos de Mestrado Integrado em Arquitetura (MIA) e Urbanismo (MIAU)

Mestrados Integrados em Arquitetura (MIA) e Mestrados Integrados em Arquitetura e Urbanismo (MIAU)	UC Obrigatória	UC optativa
Un. Gallaecia (MIAU)	4	0
Un. Lisboa - FAUL (MIA, Interiores e Reabilitação do Edificado)	3	3
Un. Lisboa - FAUL (MIA)	2	4
Un. Minho (MIA)	2	4
Un. Autónoma de Lisboa (MIA)	2	0
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (MIA)	1	0
IS Manuel Teixeira Gomes (MIA)	1	0
Un. Beira Interior (MIA)	1	0
Un. Fernando Pessoa (MIAU)	1	0
Un. Lisboa - IST (MIA)	1	0
Un. Lusófona (MIA)	1	0
Un. Coimbra (MIA)	0	4
Un. Porto - FAUP (MIA)	0	3
Un. Évora (MIA)	0	1
Escola Sup. Artística do Porto (MIA)	0	0
Un. Lusíada (MIA)	0	0

TABELA 2 | Número de Unidades Curriculares de Conservação e Reabilitação de Edifícios, obrigatórias e optativas nos cursos de Mestrado Integrado em Engenharia Civil (MIEC)

Mestrados Integrados em Engenharia Civil (MIEC)	UC Obrigatória	UC optativa
Un. Aveiro (MIEC)	2	2
Un. Nova de Lisboa - FCT (MIEC, Construções)	1	2
Un. Beira Interior (MIEC, Construções e Estruturas)	1	0
Un. Coimbra (MIEC, Construções e Estruturas)	1	0
Un. Lisboa - IST (MIEC, Construções)	1	0
Un. Minho (MIEC, Construções)	1	0
Un. Porto - FEUP (MIEC, Materiais e Processos de Construção)	1	0
Un. Nova de Lisboa - FCT (MIEC, Estruturas)	0	2
Un. Lisboa - IST (MIEC, Estruturas)	0	1
Un. Porto - FEUP (MIEC, Estruturas)	0	1
Un. Minho (MIEC, Estruturas)	0	0